

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1583916 - SE  
(2019/0268076-2)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE : FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS**  
**ADVOGADOS : MARCUS FLÁVIO HORTA CALDEIRA - DF013418**  
**CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO - SE000392A**  
**ANA PAULA CAVALCANTE MILET - SE006474**  
**NAYCA NEGREIROS FERREIRA - SE000487B**  
**YURI SANTANA FERREIRA - BA042097**  
**ALICE OLIVEIRA COSTA SANTOS BATINGA - SE010100**  
**AGRAVADO : JOSÉ GONÇALVES DA SILVA NETO**  
**AGRAVADO : JOSÉ OZEAS FONSECA**  
**AGRAVADO : JOSÉ RUBENS CORREIA DA SILVA**  
**AGRAVADO : LAZARO PONCIANO DE BRITO**  
**AGRAVADO : LUIZ BARROS**  
**AGRAVADO : MANOEL FRANCISCO DOS SANTOS**  
**AGRAVADO : MARCOS VALERIO FARIAS DE CARVALHO**  
**AGRAVADO : MARIA DAS GRACAS DE MATOS MOURA**  
**ADVOGADOS : THAIS MAIA DE BRITTO FERNANDES - SE003225**  
**THIAGO D'AVILA MELO FERNANDES - SE000155B**  
**JOSE TUANY CAMPOS DE MENEZES - SE005720**

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL INTEMPESTIVO. SUSPENSÃO DOS PRAZOS PROCESSUAIS NO TRIBUNAL ESTADUAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO FERIADO LOCAL, POR DOCUMENTO IDÔNEO, QUANDO DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. ART. 1.003, § 6º, DO NCPC. ENTENDIMENTO DA CORTE ESPECIAL. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

2. O agravo em recurso especial foi protocolado na vigência do NCPC, atraindo a aplicabilidade do art. 1.003, § 6º, do NCPC, que não mais permite a comprovação da ocorrência de feriado local em momento posterior, já que estabeleceu ser necessária a demonstração

# *Superior Tribunal de Justiça*

quando interposto o recurso. Entendimento da Corte Especial.  
3. Agravo interno não provido.

## **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Marco Aurélio Bellizze votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Moura Ribeiro  
Relator